DECISÃO SINGULAR FINAL DSF - G.ODJ - 1315/2026

PROCESSO TC/MS	: TC/620/2026
PROTOCOLO	: 2840555
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR DE SONORA
RESPONSÁVEL	: MARIA CLARICE EWELING
CARGO	: PREFEITA MUNICIPAL
ASSUNTO	: CONTROLE PRÉVIO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 1/2026
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

CONTROLE PRÉVIO. CONTRATAÇÃO PÚBLICA. REMESSA TEMPESTIVA. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ARQUIVAMENTO.

DO RELATÓRIO

Trata-se de Controle Prévio referente ao procedimento licitatório Concorrência Pública n. 1/2026, realizado pelo Fundo Municipal de Habitação Popular de Sonora, objetivando a contratação de empresa especializada para construção de 20 (vinte) unidades habitacionais no bairro Novo Tempo II, no município de Sonora, no valor estimado de R$ 2.624.721,36 (dois milhões seiscentos e vinte e quatro mil setecentos e vinte e um reais e trinta e seis centavos).

Conforme análise técnica realizada pela equipe da Divisão de Fiscalização de Obras, Serviços de Engenharia e Meio Ambiente, por meio da Análise ANA – DFEAMA – 1598/2026 (peça 10), destacou-se que o feito não tem requisitos ensejadores de medida cautelar, relegando-se a verificação do procedimento ao controle posterior.

Por meio do Despacho DSP-G.ODJ – 5393/2026 (peça 13), os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para emissão de parecer.

A 7ª Procuradoria de Contas, por sua vez, emitiu o Parecer PAR – 7ª PRC – 1438/2026 (peça 14), opinando pelo arquivamento do presente processo, considerando que não foram identificadas impropriedades capazes de obstar o prosseguimento da licitação.

DA DECISÃO

Após apreciação da documentação constante dos autos, verificou-se que o controle prévio foi realizado de forma eficaz, não havendo elementos que justifiquem a adoção de medidas corretivas ou urgentes nesta fase.

Ademais, nos termos do art. 156 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018, a ausência de manifestação deste Tribunal sobre o edital de licitação não impede o exame posterior do respectivo procedimento licitatório, nem constitui pressuposto de sua legalidade.

Assim, tendo em vista a inexistência de irregularidades que impeçam o prosseguimento do certame, encerro a instrução processual e determino o arquivamento dos autos, com fundamento no art. 4º, III, "a", e no art. 152 da Resolução TCE/MS nº 98/2018.

Encaminhem-se os autos à Coordenadoria de Atividades Processuais para a publicação do ato e as demais providências cabíveis, nos termos do art. 70, § 4º do RITC/MS, com redação dada pela Resolução n. 247/2025.

É a decisão.

Campo Grande/MS, 12 de março de 2026.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

lbbm/mvb